



Anais do XXXIV COBENGE. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, Setembro de 2006.
ISBN 85-7515-371-4

O IMPACTO DO PROUNI SOBRE A UNIVERSIDADE – LEVANTAMENTO E DIAGNÓSTICO PRELIMINAR DO RENDIMENTO DE ALUNOS DA PRIMEIRA TURMA A INGRESSAR SOB ESSA MODALIDADE DE SELEÇÃO, NOS CURSOS DE ENGENHARIA DA PUCRS

Claudio Luis Crescente Frankenberg – claudio@pucrs.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Engenharia (FENG),
Professor do Departamento de Engenharia Química
Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 30 – Sala 160
90619-900 – Porto Alegre/RS

Helena Sporleder Côrtes – helencor@pucrs.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação (FACED),
Coordenadora do curso de Pedagogia Multimeios e Informática Educativa
Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 15 – Sala 231
90619-900 – Porto Alegre/RS

Resumo: *O novo Programa “Universidade para Todos” (ProUni), desencadeado pelo MEC como política pública de inclusão educacional, pretende ajudar a modificar a realidade excludente do ensino superior no Brasil, através da concessão de Bolsas de estudo (integrais e parciais) em IES privadas, previamente cadastradas para tal, a alunos de baixa renda, provenientes das escolas públicas do país. Implantado em 2004, o ProUni conta com a adesão de grande parte das IES particulares, entre as quais a PUCRS. Considerando, assim, a entrada de uma primeira turma sob essa modalidade de acesso, em nossa instituição, em 2005, esse trabalho pretende apresentar um diagnóstico preliminar acerca do rendimento apresentado por estes alunos, nas diferentes disciplinas dos vários cursos de Engenharia da Universidade, durante os dois semestres do referido ano, de modo a desenhar o primeiro impacto do Programa sobre essa área, encaminhando a reflexão sobre as implicações pedagógicas e acadêmicas dele decorrentes. A partir destes elementos indicadores, num estudo que tem como referência a fase de diagnóstico do processo de avaliação educacional, o trabalho busca lançar luz sobre algumas das questões didático-pedagógicas que emergem de uma iniciativa dessa natureza, com vistas a sugerir as condições mais favoráveis para a absorção dos impactos sócio-educativos desta estratégia de inclusão educacional, de modo a configurá-la como efetivo mecanismo de inclusão social.*

Palavras-chave: *ProUni, inclusão social, avaliação educacional, diagnóstico.*

1. INTRODUÇÃO

O Brasil ostenta, hoje, uma das mais baixas taxas de acesso ao ensino superior, entre os países emergentes – considerando-se, por exemplo, a realidade desse problema na América Latina, apenas 9% dos jovens da faixa etária dos 18 aos 24 anos de idade estão na faculdade, ao passo que 27% desses jovens a frequentam, no Chile, e 39% o fazem na Argentina, isso sem mencionar, aqui, os elevados percentuais da América como um todo, que chegam a 62% no Canadá e a 80% nos EUA.

Na tentativa de reverter esse quadro, muitas têm sido as iniciativas do poder público, ao longo dos tempos. Assim, a ampliação de vagas nas universidades públicas federais, a criação de novas universidades públicas na esfera estadual e/ou municipal, e os programas de incentivo à expansão da rede privada, entre outras modalidades de estímulo à inclusão, no Ensino Superior, de contingentes cada vez mais expressivos de concluintes do Ensino Médio – por sua vez, definidos a partir da quase universalização do Ensino Fundamental, estabelecida igualmente por políticas públicas mais agressivas, nos últimos anos – vêm (re)configurando o desenho do sistema educacional brasileiro da atualidade.

1.1. A democratização do acesso ao ensino superior

A busca por um diploma de nível superior tem sido historicamente associada à melhoria de condições de vida, e a sociedade como um todo – família, amigos, colegas, mídia – ‘cobra’ a necessidade de encaminhamento profissional quase que exclusivamente sob esse prisma, numa visão ingênua e/ou a-crítica que desconsidera os determinantes sociopolíticos e econômicos que incidem sobre as oportunidades de formação e sobre as possibilidades do exercício de uma profissão.

Num país terceiromundista, como o Brasil, em que milhões vivem em situação socioeconômica precária, e em que outros tantos praticamente apenas sobrevivem, num permanente equilíbrio sobre a frágil linha que os separa da miséria, a busca de escolaridade básica constitui um primeiro passo substancial, na construção da esperança de dias melhores. Mas, uma escola elementar que carece de qualidade encaminha, na maioria das vezes, uma escolarização pífia, em que os rudimentos da leitura e da escrita, e o domínio das quatro operações são totalmente comprometidos pelas dificuldades socioeconômicas que desenham o cenário da realidade cotidiana – aí estão os dados fartamente veiculados pela imprensa e pelas autoridades ‘responsáveis’, a nos informar, todos os dias, acerca da carência de professores, da baixa qualidade de sua formação, das péssimas condições de infraestrutura das escolas, da remuneração vergonhosa a que são submetidos os profissionais da área, da violência que cerca a vida diária de educandos e educadores...

Desta forma, se a escolaridade em si, pelas condições mais amplas em que se realiza, não pode garantir o encaminhamento profissional – profunda e essencialmente dependente da definição sociopolítica da realidade social – ela permanece como ponto fulcral na busca de maior qualidade de vida. O ‘mercado’ (essa entidade toda-poderosa que define o que tem ou não valor, o que deve ou não ser feito para alcançar o sucesso profissional – definindo, inclusive, o que ‘deva ser’ sucesso profissional...) desenha rápida e constantemente novas e diferentes necessidades, abrindo (e fechando) as portas do emprego e do trabalho, ao sabor dos interesses de quem o alimenta: quantos candidatos a um curso superior fazem sua escolha a partir de condições episódicas, como o eventual sucesso de uma determinada área profissional, anunciada pelo jornal ou pela TV, ou deixam de escolher determinado curso, porque a chamada ‘empregabilidade’, naquele campo, não lhes permite o sustento? Muitos vêm aos bancos escolares do ensino superior sem considerar seus talentos individuais e/ou sua

vontade pessoal, e vêm na vida acadêmica apenas a oportunidade da titulação profissional especializada que, no momento, ‘dá mais dinheiro’...

De qualquer modo, independente da plena ou relativa absorção, por parte do mercado de trabalho, dos profissionais egressos das várias Instituições de Ensino Superior (IES), a verdade é que a demanda nesta área vem se ampliando significativamente, e a busca por esse nível de escolarização tem pressionado a sociedade e o Estado, o que se reflete com clareza na crescente e constante abertura de novas Faculdades, Institutos Superiores de Educação, *MBAs*, Centros Universitários e Universidades, em todo o território brasileiro, e nas políticas públicas para a ampliação desse espectro, das quais o *Programa Universidade para Todos* (ProUni) é, atualmente, a mais recente iniciativa.

A implementação do ProUni, somada à criação de 9 universidades federais e 42 novos campi, em 2005, pretendendo interiorizar a educação pública e gratuita e combater as desigualdades regionais, amplia significativamente o número de vagas na educação superior, constituindo ações que vão ao encontro das metas do Plano Nacional de Educação, que prevê a presença, até 2011, de pelo menos 30% da população na faixa etária de 18 a 24 anos na educação superior, hoje restrita a aproximadamente 10%.

1.2. Características legais da proposta governamental

Criado pelo Governo Federal em 2004, e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, o projeto tem como finalidade possibilitar o acesso de milhares de jovens de baixa renda à educação superior, através da concessão de bolsas de estudo (integrais e parciais), a estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, oferecendo em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas que aderirem ao Programa.

Para complementar as 122 mil vagas atualmente oferecidas pelas universidades federais brasileiras, em seus vestibulares,

O ProUni, já no seu primeiro processo seletivo, ofereceu 112 mil bolsas integrais e parciais em 1.142 instituições de ensino superior de todo o país. É o maior número de vagas criadas na educação superior em apenas um ano. Nos próximos quatro anos, o programa deverá oferecer 400 mil novas bolsas de estudo. (disponível em www.mec.org.br, acessado em 10/05/2006).

Conforme princípios estabelecidos pela Constituição Federal, as instituições filantrópicas, que representam 50% do setor privado, já são isentas do pagamento dos impostos federais em troca de oferecer 20% de sua receita em gratuidade, aplicados anualmente, com base em sua receita bruta, em bolsas de estudo e assistência social de programas extracurriculares. A partir da Medida Provisória nº 235, de 13 de janeiro de 2005, que regulamenta o Programa, as filantrópicas já estão incluídas no ProUni, ao passo que, para as instituições organizadas na modalidade *com e sem fins lucrativos*, a adesão é optativa, e as que aderirem, deverão oferecer 10% de suas vagas em bolsas de estudo.

As IES *com fins lucrativos* (15% do setor), ficarão isentas do pagamento do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, da Contribuição Social sobre Lucro Líquido, do PIS e do Cofins. As instituições *sem fins lucrativos* (35% do setor) já gozam de alguma isenção fiscal, e integram o programa, se passarem a pagar a quota patronal para a previdência social de forma gradual, durante o prazo de 5 (cinco) anos, na razão de 20% (vinte por cento) do valor devido a cada ano, cumulativamente, até atingir o valor integral das contribuições devidas (conforme art.13 da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005)

Com a expectativa de criar de 70 a 80 mil vagas gratuitas em todo o país, já no ano de sua implantação, o ProUni oferece ao estudante – de comprovada baixa renda e egresso da escola pública – a oportunidade de fazer até cinco opções de cursos superiores, nas IES que tenham aderido ao programa, numa disputa de vagas que se estabelece segundo a qualidade das notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) realizado no ano imediatamente anterior.

Para concorrer às Bolsas Integrais, os alunos candidatos devem comprovar renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio; para as bolsas parciais, de 50% do valor da mensalidade correspondente, a renda familiar *per capita* não pode exceder a três salários mínimos.

Além de comprovar a renda e a realização do ENEM, disputa as vagas quem fez todo o ensino médio em escola pública ou foi bolsista em instituição privada; portador de necessidades especiais; negro e indígena, na proporção dessas populações por estado da Federação, segundo dados do mais recente censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além disso, também os professores em efetivo exercício do magistério na rede pública, que não tenham cursado uma Licenciatura ou Pedagogia, e que tenham realizado o ENEM no ano anterior, podem concorrer a uma vaga, independente da renda *per capita* familiar.

Os alunos selecionados nesses termos pelo ProUni, todavia, podem vir a perder o benefício, que está condicionado ao aproveitamento de, no mínimo, 75% das disciplinas em que se matricularem, conforme exigência do MEC. Outro elemento condicionante à permanência no Programa, é a frequência de 75% da carga horária destas disciplinas, cujo controle cabe à instituição, que deve repassar essas informações ao Ministério, ao final de cada semestre ou ano letivo. A desvinculação do aluno do Programa pode ocorrer ainda pelo baixo rendimento apresentado, avaliação que é da responsabilidade da Comissão Permanente de Avaliação e Acompanhamento, já estabelecida pela política do MEC na área, em cada IES.

Definidas, assim, as grandes linhas do ProUni, e considerando suas implicações sobre a política institucional da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, que aderiu ao Programa, encaminhamos, aqui, um diagnóstico preliminar do rendimento dos alunos ingressantes sob essa modalidade de acesso ao ensino superior nos cursos de Engenharia de nossa instituição, na tentativa de capturar os primeiros indicadores de seu aproveitamento acadêmico.

Por meio deste primeiro estudo, pretendemos levantar algumas das condições iniciais em que se está desenvolvendo a vida universitária destes alunos, e configurar, ao mesmo tempo, o espectro das questões que devem ser objeto da reflexão de professores e gestores, na análise e avaliação do impacto socioeducativo desta iniciativa governamental, criada para se constituir “numa política pública de ampliação de vagas, estímulo ao processo de inclusão social e geração de trabalho e renda, aos jovens brasileiros”. (www.mec.gov.br, acessado em 10/05/2006)

1.3. O ProUni na PUCRS

A partir de sua adesão ao Programa *Universidade para Todos*, a PUCRS definiu, institucionalmente, as regras legais e administrativo-pedagógicas a serem seguidas, por parte dos candidatos, veiculando-as em sua *Home Page* (www.pucrs.br). Assim, para concorrer a uma bolsa de estudo, o aluno deve ter efetivado a sua matrícula durante o período estabelecido no Calendário Acadêmico, ser brasileiro não portador de diploma de curso superior e atender a um dos seguintes requisitos:

- ter cursado o ensino médio completo em escola da rede pública;

- ter cursado o ensino médio em instituição privada na condição de bolsista integral;
- ser portador de deficiência, nos termos da lei;
- atuar como professor da educação básica, integrando o quadro de pessoal permanente de instituição da rede pública de ensino, no caso de aluno regularmente matriculado em curso de licenciatura ou pedagogia, independentemente da renda familiar.

Em relação aos tipos de bolsa, a Universidade, em conformidade com a legislação, caracteriza as bolsas em dois grandes grupos:

- bolsa integral (100%): o aluno deverá ter renda familiar mensal per capita de, no máximo, um salário mínimo e meio ;
- bolsa parcial (50%): o aluno deverá ter renda familiar mensal per capita de, no máximo, três salários mínimos.

O número de bolsas disponíveis para cada curso pode ser observado na página da Universidade e é atualizado anualmente. A PUCRS também possibilitou vagas no programa para aqueles alunos que ingressaram na Universidade via vestibular e encontravam-se matriculados em 2005/1, sendo que o processo seletivo, para estes casos, seguiu as seguintes etapas, também indicadas no *site* da instituição:

a) terão preferência os alunos ingressantes e matriculados nas turmas iniciais de 2005/1, de acordo com a classificação obtida no último concurso vestibular da PUCRS;

b) havendo vagas remanescentes estas serão destinadas a alunos que ingressaram na PUCRS antes de 2005/1, que serão classificados com base no coeficiente de rendimento, calculado com base nos critérios estabelecidos no Art. 63 do Regimento Geral da PUCRS;

c) em qualquer dos casos referidos acima (itens a e b), terão prioridade:

- os estudantes professores da rede pública de ensino regularmente matriculados em curso de Licenciatura ou de Pedagogia e que estejam no efetivo exercício da educação básica, integrando o quadro de pessoal permanente de Instituição Pública;
- os estudantes autodeclarados indígenas nos cursos em que estiverem regularmente matriculados;

Todas as etapas apresentadas e os processos de seleção descritos requerem uma série de documentos que deverão ser apresentados pelos alunos, de maneira a comprovar os requisitos mínimos para uma boa distribuição de vagas, isenta de quaisquer constrangimentos por parte da comunidade acadêmica. Todos os candidatos pré-selecionados e os reclassificados precisam apresentar, para análise da Comissão Permanente de Seleção e Acompanhamento, fotocópia simples (acompanhada do original) ou fotocópia autenticada de um rol de documentos, também listados no *site* da Universidade.

2. METODOLOGIA

Este trabalho avaliou os alunos que ingressaram nos cursos de Engenharia da PUCRS, em 2005, via ProUni. Após a identificação destes alunos, foi solicitado o histórico de cada um, verificando-se os seguintes itens: total de disciplinas cursadas, total de disciplinas aprovadas e reprovadas e, também, foi calculado o coeficiente de rendimento de cada aluno. Além destes itens, foi avaliado o desempenho destes alunos frente aos demais colegas, considerando-se,

para isto, neste primeiro momento, somente as disciplinas vinculadas à Faculdade de Engenharia da PUCRS, que possui atualmente sete cursos de graduação: Engenharia Elétrica, Engenharia Química, Engenharia Mecânica, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Engenharia de Computação e Engenharia de Controle e Automação (Mecatrônica).

3. RESULTADOS

Em 2005, ano de implementação do programa ProUni na PUCRS, ingressaram 73 alunos nos cursos de Engenharia (Tabela 1). Destes 73 alunos, 54 (74%) ingressaram no primeiro semestre e 19 alunos (26%) no segundo semestre, estes ingressantes em decorrência da sobra de vagas do primeiro semestre, sendo, assim, já alunos da Universidade.

Pode-se observar, também, na Tabela 1, que 74% dos alunos ingressantes nos cursos de engenharia são do sexo masculino, e apenas 26% feminino. Outro ponto que se pode observar é o número de alunos por curso, sendo que a maior demanda ocorreu no curso de Engenharia Química (16 alunos), e a menor, no de Engenharia de Computação (8 alunos).

Tabela 1 – Dados referentes aos alunos ingressantes via ProUni, nos cursos de Engenharia da PUCRS, durante o ano de 2005.

CURSOS	2005/1		2005/2		TOTAL
	H	M	H	M	
Engenharia da Computação	4	1	2	1	8
Engenharia Civil	4	2	1	2	9
Engenharia Mecânica	6	1	3	0	10
Engenharia Elétrica	5	1	4	0	10
Engenharia Química	10	5	0	1	16
Engenharia Mecatrônica	5	0	5	0	10
Engenharia de Produção	5	5	0	0	10
TOTAL	39	15	15	4	73

Em relação aos 73 alunos, 2 trocaram de curso, sendo que um aluno que ingressou na Engenharia de Computação, passou para Administração de Empresas (Ênfase em Análise de Sistemas), e o outro trocou a Engenharia Química pelo curso de História. Outros 7 alunos não estão matriculados em 2006/1 (período em que foi feita esta análise); destes, um é da Engenharia de Produção, um da Engenharia Química, um da Engenharia Civil, um da Engenharia Elétrica, dois da Engenharia de Computação e um da Engenharia Mecânica. Observa-se que nenhum dos 10 alunos ingressantes na Engenharia Mecatrônica trocou de curso ou trancou a matrícula na Universidade.

O Coeficiente de Rendimento foi calculado da seguinte forma: somatório da multiplicação entre a nota obtida e o número de créditos das disciplinas, dividido pelo somatório dos créditos cursados. Para as disciplinas nas quais o aluno foi reprovado, a nota considerada é zero. Na avaliação dos históricos dos 73 alunos pode-se observar que estes realizaram um número expressivo de disciplinas, e obtiveram coeficientes de rendimentos significativos. A Tabela 2 mostra o número de disciplinas cursadas, reprovadas e aprovadas, e o coeficiente médio para cada curso. Foram considerados, neste estudo, todos os alunos, mesmo os que trocaram de curso, pois a troca foi solicitada em 2006/1, logo, as disciplinas cursadas referem-se aos currículos de Engenharia.

A maior média, em relação aos coeficientes de rendimento, é observada no curso de Engenharia Mecatrônica, e a menor, no de Engenharia de Computação. Em relação a este último, o baixo valor corresponde aos alunos que trancaram o curso e ao aluno que trocou de

curso, pois estes apresentaram um número grande de reprovações nas disciplinas. No que diz respeito ao número de disciplinas, os cursos de Engenharia Elétrica e Química apresentaram os menores números médios de disciplinas cursadas (razão entre o número de disciplinas e o número total de alunos), e isto é explicado em função de que o número médio de disciplinas nos primeiros semestres destes dois cursos é baixo (5, em média), o contrario do que se observa na Engenharia de Produção, com uma média de 10 disciplinas para o semestre.

Tabela 2 – *Números totais de disciplinas cursadas, reprovadas e aprovadas, além da média dos coeficientes de rendimentos, por curso de Engenharia.*

CURSO	Total de disciplinas cursadas	Total de disciplinas aprovadas	Total de disciplinas reprovadas	Coeficiente de rendimento médio
Engenharia da Computação	107	92	15	5,54
Engenharia Civil	110	93	17	5,79
Engenharia Mecânica	115	100	15	6,03
Engenharia Elétrica	70	59	11	6,26
Engenharia Química	150	126	24	5,86
Engenharia Mecatrônica	128	118	10	7,16
Engenharia de Produção	198	172	26	6,15
TOTAL	878	760	118	

Na Tabela 2, pode-se observar, também, que das 878 disciplinas cursadas pelos alunos ingressantes via ProUni, somente em 13,4% os alunos não foram aprovados. Este número é aparentemente muito inferior à realidade dos alunos que ingressam via vestibular.

Em relação aos coeficientes de rendimento, os valores são significativos, frente aos normalmente observados. A Figura 1 destaca o histograma referente aos valores dos coeficientes de rendimento dos 73 alunos analisados. Os valores demonstram que 44% dos alunos possuem coeficientes de rendimento superiores a 7,0. Destes, que representam 44% do total, 59% possuem coeficiente entre 7,0 e 8,0. Os coeficientes variaram entre 2,41 e 9,07. Os valores correspondentes a zero (dois casos), são de alunos que trancaram a matrícula no curso, não concluindo o primeiro semestre.

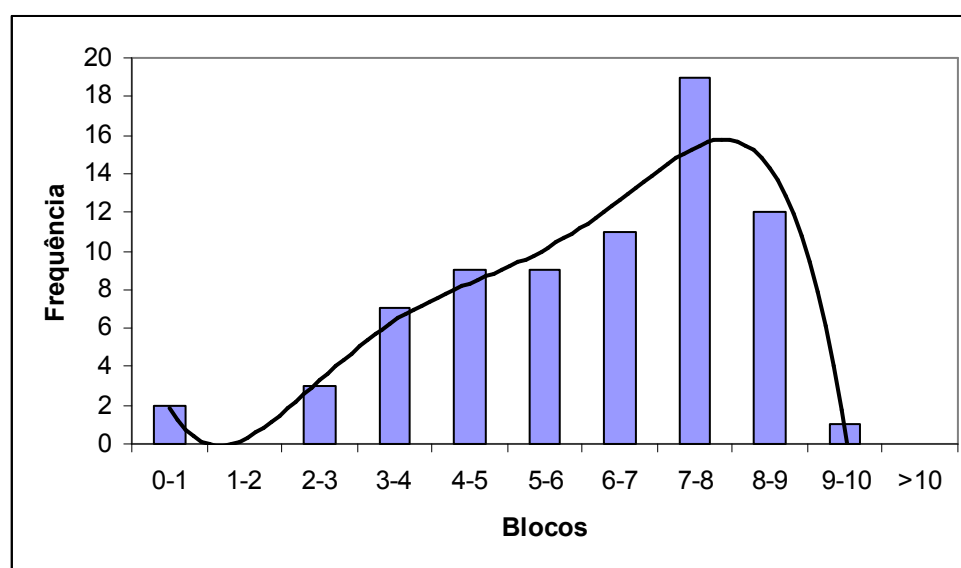


Figura 1 – Histograma correspondente aos coeficientes de rendimentos dos alunos ingressantes via ProUni, nos cursos de Engenharia da PUCRS, em 2005.

Após este estudo geral, observou-se o desempenho dos alunos frente aos graus obtidos nas disciplinas referentes ao curso de Engenharia. Neste primeiro momento, somente foram consideradas as disciplinas ministradas pela Faculdade de Engenharia, não entrando no cômputo as disciplinas oferecidas por outras Unidades Acadêmicas. Neste levantamento, foram computadas 245 disciplinas, tabulando-se as notas obtidas pelo aluno, e fazendo-se a comparação com a média obtida na turma em que ele estava matriculado.

Em relação aos alunos que foram reprovados em alguma disciplina, as notas computadas foram as que o aluno obteve ao final do semestre. Para isto, foram levantadas todas as Atas de Grau das disciplinas em que algum aluno participou.

As Figuras 2 e 3 apresentam os dados obtidos nestas avaliações. Na Figura 2, no gráfico de dispersão, observa-se que a maioria dos alunos obteve notas superiores às das médias das turmas em que estavam matriculados. Somente 40, das 245 notas avaliadas, possuem grau inferior à da média da turma, ou seja, 16,3%.

A Figura 3 mostra, por sua vez, a distribuição em um histograma da diferença entre estes dois parâmetros (nota do aluno e média da turma). Destas diferenças, 80,8% são acima de zero, ou seja, valores iguais ou maiores que zero. Destes 80,8%, 18,3% apresentam diferença superior a 2, chegando a valores iguais a 3,7.

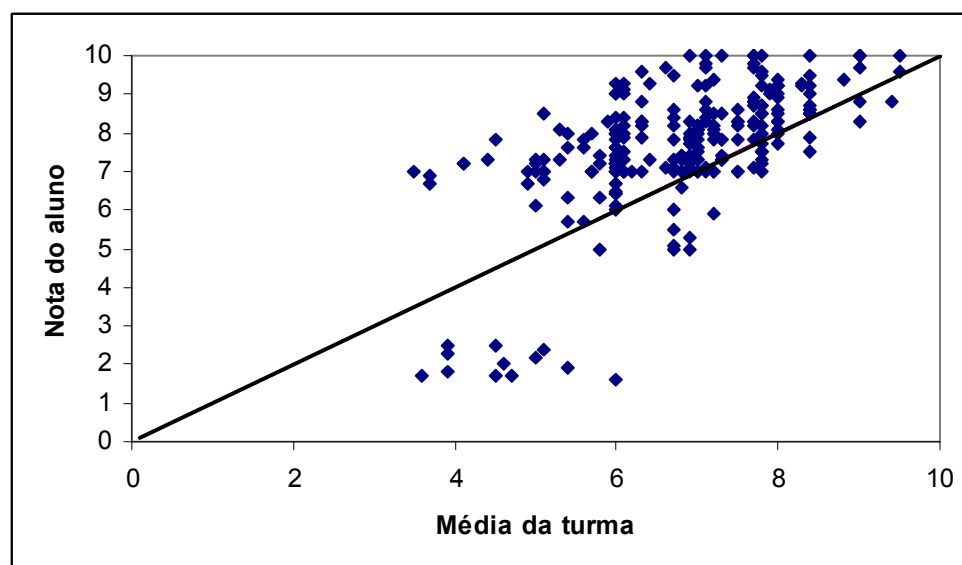


Figura 2 – Comparação entre as notas obtidas pelos alunos e a média da turma em que estes alunos estavam matriculados.

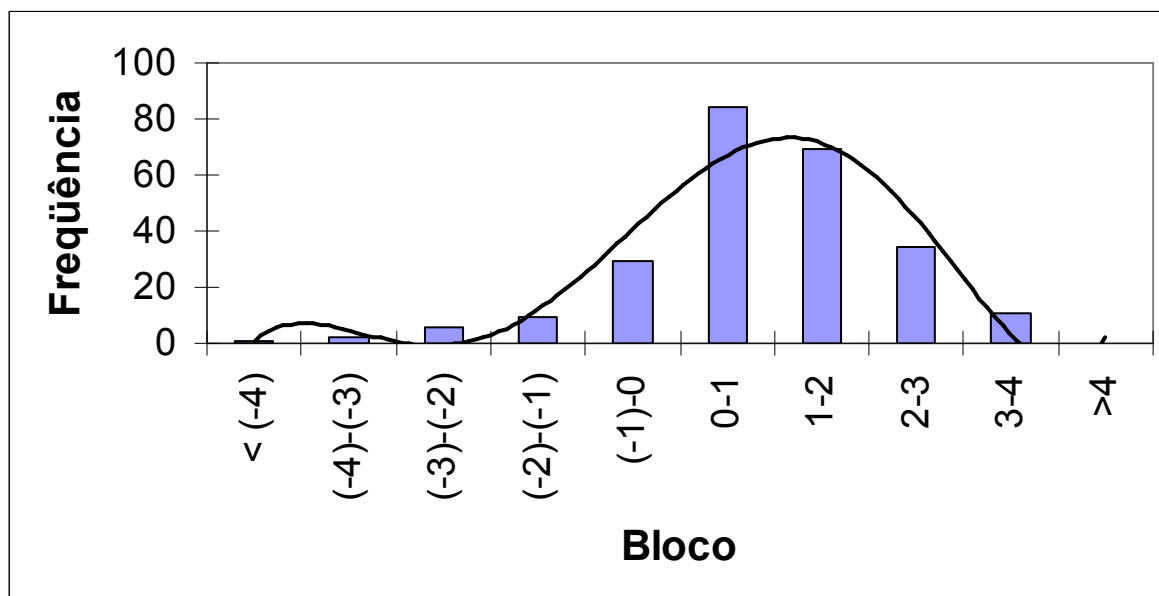


Figura 3 – Histograma referente à diferença entre o grau obtido pelo aluno e a média obtida pela turma, em uma mesma disciplina.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quaisquer projetos educacionais, incluindo-se aí, talvez principalmente, as políticas públicas, requerem um processo de avaliação continuada – o diagnóstico preliminar que aqui apresentamos deve se constituir em elemento encaminhador da reflexão sobre as implicações acadêmicas da proposta do ProUni, interna e externamente, para a procedente articulação das estratégias de ação das instituições responsáveis pela estrutura e pelo funcionamento do sistema de ensino do país, tomando como referência o contexto da realidade educacional brasileira.

De um lado, o Governo Federal, que se propõe a democratizar o acesso ao ensino superior também através deste Programa, pode auferir a extensão e a adequação dos caminhos trilhados por sua política educacional, na medida em que se aproximar do acompanhamento que as diferentes IES fazem do seu próprio cotidiano institucional, neste processo de implantação/implementação do ProUni.

De outro, as instituições de ensino superior privadas que aderiram à proposta precisam assumir sua condição de ‘avalizadoras’ desta política, desenvolvendo um processo de avaliação institucional mais amplo que considere seus diferentes impactos sobre a comunidade acadêmica e, para além disso, sob a perspectiva de um processo contínuo de *formação*, considere prioritariamente a efetiva avaliação da *aprendizagem* destes alunos, ao longo de sua trajetória no ensino superior.

A avaliação da aprendizagem é, antes de tudo, um processo complexo, que impõe a consideração de inúmeras variáveis, entrelaçando-se nos múltiplos fios com que é tecida a realidade circundante. Avaliar é muito mais do que ‘medir’ ou atribuir ‘notas’, configurando-se como um ato educativo no qual, conforme Luckesi (2000), estão indissociavelmente articulados os processos de *diagnosticar* e *decidir*. Para avaliar, prossegue o autor,

o primeiro ato básico é o de *diagnosticar*, que implica, como seu primeiro passo, *coletar dados relevantes* que configurem o estado de aprendizagem dos educandos. Para tanto, necessitamos instrumentos. Aqui, temos três

pontos básicos a levar em consideração: 1) dados relevantes; 2) instrumentos; 3) utilização dos instrumentos. (LUCKESI, 2000, p.9).

Assim, os dados coletados para a prática da avaliação da aprendizagem precisam ser *essenciais* para avaliar o que pretendemos, caracterizando especificamente o objeto em pauta de avaliação. E essa essência é definida por um planejamento de ensino consciente e consistente, que, a partir de bases científicas e pedagógicas, traduz-se em práticas efetivamente *educativas*, na sala de aula.

Já os *instrumentos* de avaliação da aprendizagem precisam adequar-se ao tipo de conduta e de habilidade que se pretende avaliar (compreensão, análise, aplicação...), aos conteúdos essenciais da área de conhecimento especificamente coberta pela situação de ensino (o que ‘cai na prova’ deve ter sido efetivamente ‘ensinado’ e precisa ser relevante), às possibilidades de entendimento do que está sendo solicitado (clareza e precisão da/na comunicação), e ao estágio do processo de aprendizagem do aluno (retomando/aprofundando aprendizagens já realizadas).

Também a *utilização* destes instrumentos – testes, provas, redações, exposições orais, monografias, arguições... – para o mesmo autor, necessita revestir-se de qualidade satisfatória, na avaliação da aprendizagem escolar, sob pena de qualificar inadequadamente os alunos e, conseqüentemente, praticar injustiças:

Muitas vezes, nossos educandos são competentes em suas habilidades, mas nossos instrumentos de coleta de dados são inadequados e, por isso, os julgamos, incorretamente, como incompetentes. Na verdade, o defeito está em nossos instrumentos, e não no seu desempenho. Os instrumentos de avaliação da aprendizagem são condições de uma prática satisfatória de avaliação na escola. (LUCKESI, 2000, p.10).

Com este estudo preliminar, que, antes de tudo, busca *diagnosticar* a situação/fenômeno selecionado para investigação, podemos concluir, à primeira vista, a partir dos dados aqui analisados, que o aproveitamento acadêmico dos alunos selecionados pelo ProUni é, em princípio, positivo (o que se revela pelas ‘notas’ obtidas nas diferentes disciplinas). Mas não é menos adequada a conclusão de que isso acontece no ‘recorte’ definido por nosso trabalho, que precisa ser relativizado, por conta das considerações anteriores – os instrumentos de avaliação utilizados nas diferentes disciplinas cursadas pelos alunos em questão, terão sido construídos de acordo com estes preceitos? Os resultados agora obtidos serão repetidos, nos próximos semestres? Repetir-se-iam, se outros tivessem sido os cursos selecionados, na mesma Instituição? E se a IES fosse outra, com características diversas das que compõem nossa Universidade?

Além disso, que concepções teórico-metodológicas constituem a percepção de *avaliação da aprendizagem*, dos professores envolvidos? O que pensam sobre o ato educativo de avaliar, esses professores dos cursos de Engenharia, área tradicionalmente permeada pela quantificação dos fenômenos e processos científicos? Como se podem articular as áreas da Educação e das chamadas “Ciências Exatas”, tão *epistemologicamente* afastadas no cotidiano acadêmico contemporâneo?

Muitas são as questões levantadas, a partir do trabalho desenvolvido, e seus desdobramentos, daqui em diante, encaminharão outras tantas, que, seguramente, hão de gerar novas investigações (algumas das quais, inclusive, pretendemos empreender, ampliando a análise realizada). O que é importante ressaltar, à guiza de conclusão – provisória e parcial – é que essa reflexão inicial veio reforçar a convicção que vimos construindo, ao longo de nossa trajetória docente, de que o processo de avaliação é melhor compreendido na perspectiva da epistemologia da complexidade, pois o resultado de uma prova (ou mesmo, de várias...) pouco

dirá ao professor sobre o processo de *aprendizagem* de cada aluno: sobre as dificuldades que enfrenta, sobre o que sabe além do perguntado na prova, sobre sua capacidade de comparar, de criticar, de criar, e, principalmente, sobre se o que foi ensinado e aprendido contribuiu para que cada um dos alunos “melhor compreendesse a sociedade em que vive, a natureza da qual é parte, e a si próprio enquanto ser da natureza e da cultura”.(GARCIA, 2004, p.42). Somente sob esse enfoque, será possível avaliar igualmente as reais possibilidades de que a proposta de *inclusão educacional* do programa *Universidade para Todos* venha a constituir-se num efetivo mecanismo de *inclusão social*.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL, Ministério da Educação. **Programa Universidade para Todos – ProUni**. Brasília: <http://www.mec.gov.br> (Acesso em 10/05/2006)
- GARCIA, Regina Leite. **A avaliação e suas implicações no fracasso/sucesso** In ESTEBAN, Maria Teresa. Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003 (p.29-50).
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **O que é mesmo, o ato de avaliar a aprendizagem?** In Pátio - Revista Pedagógica, Ano 3, Nº12, Fevereiro/Abril, 2000 (p.6-11). Porto Alegre: ARTMED Editora.
- PUCRS, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul <http://www.pucrs.br> (Acesso em 04/05/06)

THE IMPACT OF THE PROUNI IN THE UNIVERSITY - SURVEY AND PRELIMINARY DIAGNOSIS OF THE INCOME OF THE FIRST GROUP STUDENTS TO ENTER UNDER THIS MODALITY OF SELECTION, IN THE COURSES OF ENGINEERING OF THE PUCRS

Abstract: The new Program "University for All" (ProUni), unchained for the MEC as public politics of educational inclusion, intends to help to modify the exculpatory reality of superior education in Brazil, through the concession of Scholarships (integral and partial) in private IES, previously registered in cadastre for such, the student of low income, proceeding from the public schools of the country. Implanted in 2004, the ProUni counts on the adhesion of great part of the particular IES, between which the PUCRS. Considering, thus, the entrance of a first group under this modality of access, in our institution, in 2005, this work intends to present a preliminary diagnosis concerning the income presented for these students, in the different ones disciplines of the some courses of Engineering of the University, during the two semesters of the related year, in order to draw the first impact of the Program on this area, directing the reflection on decurrent the pedagogical and academic implications of it. To leave of these indicating elements, in a study that has as reference the phase of diagnosis of the process of educational evaluation, the work searches to launch light on some of the didactic-pedagogical questions that emerge of an initiative of this nature, with sights to suggest the conditions most favorable for the absorption of the partner-educative impacts of this strategy of educational inclusion, in order to configure it as effective mechanism of social inclusion.

Key-words: *ProUni, social inclusion, educational evaluation, diagnosis.*